

AGORA

Habitação. Casas precárias são destino de famílias pobres

Jornal Agora

18 De Julho de 2014

Texto: Francisco Bussulo



A falta de espaço e casa para morar obriga centenas de famílias a construir em zonas de riscos na província de Luanda

As mesmas são visíveis em zonas montanhosas, esburacadas e outras construídas entre as árvores frondosas como embondeiros, situação que se justifica dado crescimento demográfico na província e consequentemente o deficit habitacional, nas palavras dos interlocutores.

Catambor, Samba, Balumuca e Paraíso são exemplos de algumas zonas tidas como as de alto risco onde se assiste à construção ciclópica de residências de toda a dimensão arquitectónica, sem a fiscalização da Direcção Provincial das Obras Públicas.

Constatações do Agora mostram por outro lado, que estes bairros não possuem arruamentos, descrição da toponímia legal e as construções das residências não foram delimitadas em ângulos semelhantes. Agrava-se ainda mais a falta de

bocas-de-incêndio e insuficiência de arborização na descaracterização dos mesmos, que isola os habitantes das comunidades em franco desenvolvimento como as zonas habitacionais do Zango e das centralidades em Luanda.

Quem conta a realidade de viver em bairros como estes é a cidadã Arlete Kiala residente nas encostas montanhosas da orla marítima de Cacuaco, numa residência de três quartos com os seus dois filhos. Sem escolha por onde construir adquiriu uma parcela de terra naquele espaço baldio por 3 mil Kwanzas há dois anos, por intermédio de um cidadão, que se intitulava como sendo o responsável pelo ordenamento do território a nível municipal, "o que não constituía a verdade".

"Tomei conhecimento que o mesmo era um cidadão, que se dedicava à venda de

terreno e designer de croquis de localização assim como a emissão de outros documentos complementares para a legalização de dois espaços adquiridos, mas desde o ano 2012 o mesmo desapareceu sem deixar rasto", fez saber.

Segundo a Direcção Provincial da Fiscalização, os indivíduos que se fazem passar por funcionários de administrações municipais em Luanda e chegam a vender parcelas de terra nos limites proibidos pelo executivo através da referência legislativa da Lei nº 188º do Código incorrem ao crime de abuso de confiança, sabotagem, crimes contra o estado.

Cidadãos ouvidos pela nossa reportagem dizem que a carência de moradias condignas às famílias carentes, tem levado inúmeros "oportunistas" a ocuparem as reservas fundiárias do Estado, e as parcelas

reservadas para a prática de agricultura. A exemplo disto é a ocupação onde se encontra construído o bairro Belo Monte em Cacuaco. Sobre esta realidade o Ministério do Urbanismo e Habitação diz estar preocupado desde o ano de 2012 com os cidadãos, que ressentem o deficit habitacional, tido por muitos como uma das principais causas para a apropriação das reservas fundiárias para a construção de zonas económicas.

João Araújo, arquitecto, conta que o facto revela que este problema se deve também a falta de respostas práticas aos demais cidadãos sem residências próprias e a ineficiente fiscalização daqueles que já possuem residências dentro do âmbito dos projectos habitacionais do Executivo, e voltam a concorrer para requerer outras, prejudicando os demais desabrigados.